



## Elementos para um debate do Serviço Social sobre racismo recreativo: racismo como entretenimento

Jhonatas Moreno

Centro Universitário Maurício de Nassau

Graduando de Serviço Social

jhonatasnikito@gmail.com

**Resumo:** Construir meios e métodos para fortalecer a luta de classe advinda do sistema capitalista vem sendo há algum tempo pré-requisito no constructo teórico de muitos pesquisadores e pesquisadoras. O racismo como ferramenta estrutural da sociedade brasileira surge com o escravismo e é potencializado com a Questão Social<sup>1</sup> e suas expressões, desse modo, suas interseccionalidades estão intrínsecas em nossa sociabilidade. Compreender as múltiplas faces do racismo e produzir meios para sanar sua reprodução fazem parte do projeto ético-político<sup>2</sup> do Serviço Social em sua *práxis* social<sup>3</sup>. Essa proliferação interseccional, oriunda do comércio capitalista, através da escravidão, deixou heranças negativas quase que irreversíveis, nas quais o Serviço Social atua continuamente. O racismo como modo de entretenimento dentro do conceito de racismo recreativo é um dos desafios que enfrentamos, seja na formação ou no exercício profissional. À luz de compreender e alimentar a prática antirracista, buscamos referenciais à gênese desta luta, que podem elucidar novos meios de contribuição não somente para o Serviço Social, mas para todas as esferas da sociedade.

**Palavra-chave:** Antirracismo; *práxis*; entretenimento; interseccionalidade; racismo

### Conjuntura racista

No Brasil, tornou-se habitual assistirmos a cenas de ataques e induções racistas nas redes de televisão e mídias sociais. E ao contrário do que acontece com determinados temas que levam a chamada “comoção nacional”, os ataques racistas continuam em comerciais e atualmente em programas de *reality shows*, passando muitas das vezes despercebidos e, em sua grande maioria, invisibilizados.

---

<sup>1</sup> Corresponde a um conjunto de expressões que definem a desigualdade da sociedade decorrentes da industrialização capitalista. Para melhor entendimento, ver Yamamoto (2014).

<sup>2</sup> Consiste em um projeto de transformação da sociedade, que rompe com o conservadorismo na atuação do/a assistente social. Para melhor entendimento, ver Abramides (2019).

<sup>3</sup> Atividade e capacidade de atuação na prática social, atribuídas a determinadas categorias que lidam com a questão social. Para melhor entendimento, ver Paulo Netto (2018).

Mas isso tem um porquê? A questão está nítida na conjuntura racista que se aperfeiçoou ao longo dos tempos e carrega em sua história os quase 400 anos de escravidão no Brasil. O racismo como uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento (Almeida, 2019) utiliza-se da prerrogativa da “raça dominante” para oprimir e desqualificar o que consideram como “raça inferior<sup>4</sup>”. Esta última considerada como um conceito que dentro de discurso racialista, no Brasil, inferioriza a população negra (Hofbauer, 2003). A escravidão deixou uma herança cultural opressora, mascarada ou não, que vai se enraizando cada vez mais em nossa sociedade, e isso é notório dia após dia. A abolição veio disfarçada de uma oportunidade que nunca existiu, a população negra “alforriada” foi jogada e escorraçada (Nascimento, 2016). Os negros e negras viveram o mito do Africano Livre. Esses fatores foram contundentes para a solidificação de uma sociedade racista.

Atiraram os africanos e seus descendentes para fora da sociedade, a abolição exonerou de responsabilidade os senhores, o Estado, e a igreja. Tudo cessou, extinguiu-se todo o humanismo, qualquer gesto de solidariedade ou de justiça social: o africano e seus descendentes que sobrevivessem como pudessem. “Africanos Livres” se tornavam também aqueles escravos utilizados como soldados para fazer guerra de destruição dos dirigentes brancos (Nascimento, 2016, p. 79).

Tal liberdade de fato nunca existiu. A colonização capitalista-racista trouxe para o Brasil as ideias eugenistas, que através de suas concepções, tratavam de melhorar a raça através do branqueamento, atribuindo o contexto biológico à natureza do comportamento humano. Os eugenistas acreditavam/acreditam que o fruto da pobreza e das mazelas sociais eram advindas da raça inferior (Black, 2003). No Brasil os negros eram/são o alvo principal dessa teoria. Esse “aperfeiçoamento” da humanidade através dos detentores/as de bons genes, que somente os brancos carregavam (na visão deles), teriam a solução para os “problemas da sociedade”. Tais problemas são tratados pelo Serviço Social como um dos fatores da questão social que tenciona as desigualdades e o projeto eugenista.

O movimento eugenista penetra no Brasil perspectivando um país que deveria ser branco, cristão e civilizado, assim, os médicos, juristas, homens das letras acreditavam que a eugenia seria um modo de organizar a imigração, combater a delinquência, liquidar os degenerados, criar uma política de cariz sanitária e “melhorar a raça” por meio do branqueamento, ansiando o progresso do país (Eurico *et al.*, 2022, p. 31).

---

<sup>4</sup> Conceito e discurso racialista, que no Brasil inferioriza a população negra. Para melhor compreensão, ver Hofbauer (2003).

Essa ascendência eugenista foi se estabelecendo e criando arcabouços para que novas teorias de cunho desumano e racista fossem se instituindo no Brasil, essa perseguição nítida aos negros alastrou-se em todos os espaços, a cultura, as tradições afro-disapóricas, o seguimento religioso, todos foram marginalizados até o ponto de serem tratados como um assunto sanitarista. Ser negro no Brasil transformou-se em sinônimo de sobrevivência, as adversidades que essas partes da população enfrentaram e enfrentam até os dias atuais trazem um certo antagonismo que permeia entre ser forte e resistente, ao ponto de não sabermos se tais atribuições são boas ou ruins. A *práxis* racista se envolve em um modelo de produção e reprodução cíclica, proliferando e adentrando na sociedade. A eugenia foi/é uma forte base para essa proliferação. Colocar a branquitude<sup>5</sup> como “raça superior”, os “bem-nascidos”, fez com que uma parte da população acreditasse na inferioridade contundente do negro.

[...] a solução eugênica travestida como higienismo ofereceu a possibilidade de um controle racial alinhado com a formalidade do contrato social estabelecido pela abolição, o que garantiu ao Estado a justificativa para uma intervenção rígida sobre o grande contingente de indivíduos diagnosticados como inferiores, incapazes para o exercício da liberdade, perigosos, responsáveis por perturbações da ordem e, portanto, do progresso da nação (Eurico *et al.*, 2022, p. 40).

De acordo com Nascimento (2016, p. 81), “[...] para acrescentar o insulto à injúria, os brancos das classes dominantes ainda têm o despudor de acusar o negro, trazido da África sob grilhões, de ser o acusador dos ‘problemas’ raciais no Brasil”. Esses fatores corroboram para que haja limitações e inviabilizam a valorização por parte das culturas e tradições africanas. Mecanismos esses que concretizam a manutenção do racismo, que é lido como a base da sociedade brasileira.

Desse modo, a conjuntura sócio-política brasileira corroborou para que atos racistas ganhassem força. O racismo transforma-se em um modelo cíclico que amplia sua atuação nas mais diversas expressões sociais, adentrando no nosso dia a dia e sendo potencializado de maneira abrangente nos meios de comunicação. De maneira que é percebido, quando observamos corpos negros sendo “açoitados” nas mais diversas ferramentas de comunicação digital, onde cunham uma linhagem amplamente opressora,

---

<sup>5</sup> As instituições públicas, privadas e da sociedade civil definem, regulamentam e transmitem um modo de funcionamento que torna homogêneo e uniforme não só processos, ferramentas, sistemas de valores, mas também o perfil de seus empregados e lideranças, majoritariamente masculino e branco. Esse fenômeno tem o nome de branquitude e sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, visando manter seus privilégios. Para melhor entendimento, ver Bento (2022).

revelando uma organização evolutiva racista. Tal procedimento leva à construção de metodologias sociais explícitas de desumanidade nas ações e fomentação do que conhecemos como racismo estrutural.

Por ser processo estrutural, o racismo é também um processo histórico. Desse modo, não se pode compreender o racismo apenas como derivação automática dos sistemas econômico e político. A especificidade da dinâmica estrutural do racismo está ligada às peculiaridades de cada formação social de tal sorte, quando ao processo histórico também podemos dizer que o racismo se manifesta de forma circunstancial e específica em conexão às transformações sociais (Almeida, 2019, p. 42).

Logo, observamos que esse é o pilar no qual o racismo se fortalece. Essa estrutura é minuciosamente proliferada e culturalmente propagada de forma velada no nosso cotidiano. “É o que geralmente acontece nos governos, empresas e escolas em que não há espaços ou mecanismos institucionais que ajudam a combater conflitos raciais e de gênero” (Almeida, 2019, p. 37).

Romantizar atos racistas, assim como é fluente o ato ilícito de quem o pratica, minimiza sua ação contínua. Isso faz parte da ação verbalizada ou não de ciclicidade racista. Existe um elo de jargões que induzem esses atos e se popularizam, isso está cada vez mais comum nas nossas tevês e redes sociais. Há um entretenimento racista nítido como atos desumanos em forma de recreação em programas, expondo corpos negros ao ponto de afligir sua história e cultura, dando subsídios para mais atos desumanos. De acordo com Chimamanda (2019, p. 12) “[...] é assim que se cria uma história única: mostre ao povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se tornará”.

### **O agir do Serviço Social**

Compreender que o racismo é fruto do sistema escravocrata, oriundo do colonialismo, que por sua vez fortaleceu o sistema capitalista e, assim, manteve como base econômica a reprodução e produção de corpos escravizados é um dos princípios básicos da luta antirracista na intervenção do Serviço Social. Capitalismo e racismo andam lado a lado, “[...] o tráfico de escravos, dentro do contexto do sistema colonial será, por sua vez, um dos grandes fatores de acumulação capitalista das metrópoles” (Moura, 1983, p. 135). O Serviço Social entende que o racismo faz parte da questão social, assim como suas expressões e

interseccionalidades<sup>6</sup>. Ir contra a essa opressão que a maioria da população sofre – maioria que é tratada como minoria - é a composição da *práxis* social, modo pelo qual o/a assistente social intervém.

[...] exatamente por isso, e considerando que as expressões cotidianas do racismo estarão presentes no cotidiano do nosso trabalho profissional, em todos os espaços sócio ocupacionais que estivermos, precisamos nos capacitar constantemente para esse enfrentamento, combatendo o racismo em todas as ações que desenvolvemos (Moreira, 2020, p. 110).

Portanto, cabe não somente ao Serviço Social, mas a todas as áreas, estabelecer um olhar clínico nas intervenções contra o racismo e sua interseccionalidade. Observar as variantes racistas sócio-históricas, tal qual a branquitude, é elemento indissociável para composição da instrumentalidade do Serviço Social. “No entanto, dizer que branquitude é uma identidade sócio-histórica adiciona poucos elementos ao debate, pois todas as identidades sociais que conhecemos podem ser definidas exatamente da mesma maneira” (Eurico *et al.*, 2022, p. 122).

Eurico *et al.* discernem que

a análise sobre a ótica do Serviço Social, neste sentido, compreende que o racismo permanece como elemento determinante da sociabilidade contemporânea, impondo à população negra os lugares mais precários nas relações de trabalho e os lugares mais distantes do acesso aos direitos (Eurico *et al.*, 2021, p. 66).

Intervir e criar mecanismos ou meios para que o racismo não se reproduza e suas interseccionalidades não se proliferem ainda mais é fonte de intervenção do Serviço Social Antirracista<sup>7</sup>. Com tudo, nesse mecanismo interseccional, o racismo como modo de recreação é um dos grandes desafios da contemporaneidade. No Brasil, ele vem crescendo em grande escala e à medida que os meios de comunicação vão se ampliando. A “diversão” com o desastre, insucesso e dor de pessoas pretas está cada vez mais comum.

---

<sup>6</sup> A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pelas diversidades, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Para melhor entendimento, ver Collins (2021).

<sup>7</sup> O antirracismo no Serviço Social compreende que os fatores de desigualdade social e racial estão fortemente ligados ao sistema capitalista, e é a partir desse entendimento que o/a assistente social irá intervir com sua atuação dentro da realidade de desigualdade imposta. Para melhor entendimento, ver Eurico *et al.* (2022).

## Racismo recreativo

Segundo Moreira (2023), o tipo de conteúdo que é vendido como entretenimento mobiliza um capital econômico muito grande. Na medida em que as violências acontecem, a audiência aumenta e o sistema opressor capitalista lucra e alimenta uma monetização expressiva. As redes sociais por sua vez também nutrem e proliferam esses fatores.

Dizer que o racismo recreativo é um tipo de política cultural significa reconhecer seu caráter discursivo[...] a televisão tem sido um dos meios mais importantes na criação de significações culturais sobre grupos minoritários, um lugar de divulgação de representações cotidianas da negritude em nossa cultura. As imagens exibidas na televisão são exemplos de política cultural porque veiculam ideias que permitem a transformação da branquitude como um tipo de capital cultural, e a negritude como elemento de inferioridade moral (Moreira, 2023, p. 98).

Não adianta relatar e subjugar os infratores que estão cometendo os crimes racistas dentro de um programa de televisão ou em qualquer outro meio de comunicação sem correlacionar a culpa à própria emissora, rede social *etc.* Na maioria das vezes, esses meios de comunicação - empresas - não se opõem em relação à proliferação do racismo recreativo que acontece a olho nu, em rede nacional.

Dessa forma, trazemos para reflexão a famosa “comoção nacional”, podendo ser utilizada nos milhares de exemplos que acompanhamos em nossas redes e mídias sociais. Tal fato sempre ocorre quando a branquitude é afetada pela opressão que ela mesmo produz. Elencado a isso, colocamos o exemplo: uma mulher branca é assediada em algum programa, imediatamente há uma revolta populacional em defesa da mesma. No entanto, quantas mulheres pretas foram/são assediadas, muitas das vezes nesses “mesmos programas”, e tal fato nunca gerou um debate de proporção nacional, a famosa comoção nacional. É sobre esse olhar crítico que observamos como a população negra é tratada, mediante suas dores.

Piedade (2017) nos faz refletir a respeito da “dororidade”, conceito que une as mulheres pretas para além do machismo, visando identificar as dores dessas mulheres também colocadas à margem da sociedade, tensionando o feminismo de mulheres negras para que se descaracterize como produtos de entretenimento e de venda da comercialização do turismo. Assim como fizeram com a Globeleza, a rainha da escola de samba, a morena à brasileira, ou até mesmo as que não seguem os padrões da branquitude, podendo ser vistas apenas como a faxineira analfabeta, mendiga, ladra, amante *etc.*

É nesse ponto que a Dororidade se instaura e percorre a trajetória, vivenciada por nós, população preta, e aqui em especial, nós mulheres, mulheres pretas, brancas, de axé, indígenas, ciganas, quilombolas, lésbicas, trans, caiçaras, ribeirinhas faveladas ou não, somos mulheres (Piedade, 2017, p. 19).

A dororidade pode ser vivenciada constantemente e muitas das vezes é relacionada ao vitimismo, não fazendo parte do seletivo grupo que leva a comoção nacional. Essa comoção se concretiza a partir do momento que a branquitude ou que dela faz parte sejam afetados. Em 1995 um bispo da Igreja Universal chutou a imagem de Nossa Senhora Aparecida<sup>8</sup> em um programa de tevê em rede nacional. Isso gerou uma revolta generalizada - comoção nacional - contra a intolerância religiosa ofertada pelo bispo. Entretanto, quando alguns participantes de um *reality show*<sup>9</sup>, em 2022, demonizam a religião de outro participante, que por sua vez é preto e praticante das religiões de matriz africana, em rede nacional, isso não gerou tal comoção, e porquê?

Esses casos são recorrentes. A demonização das religiões de matriz africana além de cunhar o vínculo com o racismo religioso<sup>10</sup> traz outros agravantes. O racismo recreativo se torna essa diversão com a dor de pessoas pretas como forma de entretenimento. Mas, ao invés de intervir, as emissoras, em muitas das vezes, optam pela sua omissão, deixando que as repercussões desses fatos gerassem mais audiência e lucro para si mesmas.

No ano de 2024, essas cenas<sup>11</sup> de entretenimento racista continuam ocorrendo em rede nacional durante *reality*, normalmente protagonizando aterrorizantes cenas de desumanidade sobre corpos negros. Os ataques de pessoas brancas a um determinado sujeito negro nos transporta para um sentimento de negação, concebido pelo escravismo. Em rede nacional, esse entretenimento racista coloca mais uma vez o homem negro como o terror da sociedade, palavras como manipulador, mostro, tóxico e desumano são profanadas constantemente relativas a corpos negros, dentro e fora desses programas. Contudo, em rede nacional, isso se torna “entretenimento”.

---

<sup>8</sup> O vídeo está disponível no YouTube em: <https://www.youtube.com/watch?v=QiNJ8mQU6g8>. Acesso em: 22 abr. 2024.

<sup>9</sup> O vídeo está disponível em: [https://www.youtube.com/results?search\\_query=racismo+religiosos+no+bbb+2023](https://www.youtube.com/results?search_query=racismo+religiosos+no+bbb+2023). Acesso em: 22 abr. 2024.

<sup>10</sup> A intolerância religiosa no Brasil em relação às religiões dos povos de matriz africanas se dá a partir do apagamento dos não tolerados. Há uma demonização dessas religiões construída no período escravocrata brasileiro que se perpetua até os dias atuais. O racismo religioso é a intersecção da intolerância religiosa com o racismo no apagamento das práticas ancestrais da diáspora africana. Para melhor entendimento, ver Nogueira (2023).

<sup>11</sup> O vídeo está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ttOGMldOspo>. Acesso em: 22 de abr. 2024.

Tais fatos geram um preço, mas quem vai pagar essa conta? O preconceito, a misoginia, o racismo religioso, racismo estrutural, a discriminação e todas essas formas opressoras têm uma cor definida da parte de quem as pratica para quem é direcionada. O privilégio “branco” é translúcido na nossa sociedade, basta entrar em uma simples loja e verá quem são as pessoas que estão sendo “vigiadas” e quais são as que podem usufruir do privilégio da branquitude de terem a liberdade de ir e vir sem serem expostas à visão da marginalidade. Levar esse debate em todos os níveis de comunicação para o Serviço Social é essencial, pois está desmascarando o mito da democracia racial<sup>12</sup> brasileira, em que o dito “somos todos iguais” se distancia cada vez mais da realidade vivida por pretos e pretas nos quatro cantos desse país continental.

Nas entrelinhas dessa discussão, forma-se a visão de que existe de fato um pacto formado pela branquitude, que atribui a soberania eugenista<sup>13</sup> e dissipa a população preta de uma tal forma que, a grosso modo, elimina sua história.

O pacto é uma aliança que expulsa, reprime, esconde aquilo que é intolerável para ser suportado e recordado pelo coletivo. Gera esquecimento e desloca a memória para lembranças encobridoras comuns. O pacto suprime as recordações que trazem sofrimento e vergonha, porque são relacionados à escravidão (Bento, 2022, p. 25).

Os racistas tentam justificar o injustificável, pressupondo que tais atos não são racistas, pelo fato de seus bisavôs serem negros, de terem vizinhos negros, de já terem se relacionados com negros *etc.*

Romantizar o racismo é alimentar a opressão que mata um jovem negro a cada 21 minutos de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2018). Já a organização não governamental Crioula (2021) afirma que, em relação às vítimas de estupro, 57% são de mulheres pretas. E a Fundação Oswaldo Cruz (Azevedo, 2023) relata que há um aumento de 31,46% de homicídios de mulheres pretas em relação às mulheres brancas. Esses dados só aumentam na medida em que as mídias romantizam os ataques racistas, desconsiderando a população preta, pobre e periférica que sofre diretamente com essas opressões.

---

<sup>12</sup> Para melhor entendimento, ver Freyre (2006).

<sup>13</sup> O movimento eugenista ganhou notoriedade no Brasil no século XX, perspectivando a “melhora da raça” com um projeto de embranquecimento em massa. Para melhor entendimento, ver Diwan (2007).



### As diversas faces do racismo

Ribeiro (2019) diz que “no Brasil ‘ninguém’ é racista, são sempre os outros”. Esse antagonismo que permeia nossa sociedade tem sua base formada na omissão que sujeita o outro ao esquecimento, apagam-se seu lar, seu nome e sua história. A forma pejorativa de identificar pessoas pretas é a prova real desses fatos - esquecem seu nome para poder apagar sua história - quando negros eram trazidos para o Brasil, a segunda coisa que era retirada após a sua liberdade era seu nome. “Mudar o nome de cada preto e preta capturado foi a forma escravagista de tentar apagar sua história” (Eurico *et al.*, 2022, p. 113). E isso, repete-se escancaradamente nos dias atuais.

A forma como esse assunto é tratado, com total falta de respeito e negando a atenção que deveria ter, também corrobora para sua reprodução. O racismo traz em sua bagagem toda forma vil de viver, acarreta inúmeras consequências negativas, desperta vários gatilhos emocionais, adoecendo mentalmente a população que sofre diariamente com ataques racistas. “Esquecer” o nosso nome, é apenas a ponta do *iceberg*. Apagar e anular a historicidade do povo preto afrodescendente corrobora para a invisibilidade de reis e rainhas do continente Africano. Makota Valdina (1943-2019) sempre afirmou em seus relatos que não era descendente de escravos, ela descendia de reis e rainhas de mãe África, que foram brutalmente escravizados.

A demonização das religiões de Matriz Africana, a vulgarização das mulheres pretas, o desleixo social e a marginalização da comunidade negra por parte da branquitude são alguns fatos diários que alimentam esse ser faminto chamado racismo. Angela Davis (2016) afirma que é dever de cada um de nós como cidadãos não tolerarmos o racismo e ser antirracista.

O Estado tem ou deveria ter, como um dos seus objetivos, conceder subsídios e fomentar políticas de reparação histórica e social para inibir as práticas racistas. O Serviço Social, respaldado pelo seu projeto ético-político e concretizado no Código de Ética, pode atuar fiscalizando, intervindo, verificando, criando e reformulando políticas públicas para que as mesmas sejam de fato aplicadas e cumpram o seu papel. A luta contra o racismo e o antirracismo é de todos nós. Há quem diga que esse é um trabalho de formiguinha muito minucioso, que temos que dominar.

Nesse sentido, lidar com o fato no qual a sociedade brasileira é marcada pela desigualdade e privilégios para uma parte da população, é compreender que ser negro ou assumir-se como tal é um ato de sobrevivência e/ou resistência, os negros e negras entendem muito bem a importância dessa luta, não devendo esquecer de quem lutou primeiro por essa

causa. Assim, é possível identificar Dandara, Zumbi, Ganga Zumba e entre outras majestades da resistência preta brasileira que lutaram bravamente pelo seu direito de existir.

Sendo assim, compreender que expor e alimentar as dores de pessoas pretas nada mais é do que a forma recreativa do racismo ou “racismo recreativo”. Essa exposição atinge negros e negras de modo danoso, e de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) pretos e pardos são maioria, chegando a 55,5% da população brasileira. O racismo recreativo está operante no cotidiano das pessoas pretas, atuando como um projeto da parte “dominante” da nossa sociedade (Moura, 1989). Segundo Moreira (2023, p. 55). “[...] ao contrário do que muitos pensam, o ‘humor racista’ não possui uma projeção benigna. Porque ele é um meio de propagação de hostilidade racial, ele faz parte de um projeto de dominação que chamaremos de Racismo Recreativo”.

As diversas faces do racismo estão correlacionadas com esse sistema misógino, homofóbico, discriminatório, racista e genocida, que é apregoadado para uma parte da sociedade. O racismo adocece, mata, desmembra toda a sociedade ao propagar uma suposta superioridade por parte de um grupo social. É inadmissível usar da prerrogativa da falta de informação em uma era digital, quando as informações podem estar “na palma da mão”, através dos celulares. A estruturação do racismo é velada, suas máscaras nos induzem ao erro e ao esquecimento. Porém, de uma coisa podemos ter a plenitude da certeza; a dor tem uma cor, a cor preta (Nascimento, 2016).

### **Considerações finais**

À guisa deste, trouxemos para reflexão pontos cruciais que possam contribuir para aprimorar a discussão do racismo como forma de recreação - Racismo Recreativo - e o papel do Serviço Social na compreensão de sua gênese. Tais fatores são primordiais para uma luta antirracista. O escravismo criminoso deixou “heranças” indesejadas.

Um Serviço Social antirracista é dado a partir da compreensão desses e de demais fatores interseccionais, que jogaram uma parte da população à margem da sociedade. A luta antirracista pode ser vista pela ótica de um papel social, em que cada cidadão é responsável e tem o seu dever nessa conjuntura. O racismo recreativo estava presente muito antes da era tecnológica, mas ganhou força nela, com a ampliação do rádio e criação da TV no século passado. Nomes pejorativos dados a personagens negros, com conotação racista, eram vistos apenas como um meio de diversão: Tião, o feio; Mussum, o bêbado; Vera Verão, a bicha preta

e Adelaide, a desvairada. Eram personagens que levavam a “alegria” em cima de corpos pretos vulgarizados, marginalizados e desumanizados, muitas das vezes sendo ovacionados por humoristas brancos.

Piadas que retratam a negritude como um conjunto de característica esteticamente desagradáveis e com sinal de inferioridade moral não são os únicos temas do humor brasileiro referente aos negros. Há também aqueles que os retratam como animais ou criminosos. Esses são elementos recorrentes no repertório de humoristas brancos. Quanto maior o número de piadas de cunho racista, maior a popularidade deles entre pessoas brancas (Moreira, 2023, p. 20).

O racismo é fruto da eclosão capitalista e da base social brasileira, que carrega o peso do escravismo. Desse modo, Almeida (2019) nos remete uma reflexão à luz do que seria ter uma visão crítica sob o conceito de racismo estrutural. É notório que as políticas públicas que visam uma reparação social têm importante participação na luta antirracista e no combate às estruturas racistas. Podemos relacionar esse processo de garantia à fomentação de políticas de reparação, a atuação da sociedade civil organizada e do Serviço Social como agentes fiscalizadores, tal como, na atuação da lei n. 12.711, de 2012, que implementa as cotas raciais nas instituições federais de educação.

Porém, para que possamos ter uma atuação plausível, é necessário que tenhamos em nossa formação do cosntructo teórico, dentro e fora da academia, a representatividade de intelectuais negros e negras como base das nossas referências. Tais referências são de fundamental importância para um Serviço Social e uma sociedade antirracista, presando por uma educação que comungue com esse pensamento.

A própria realidade contemporânea indica para nós, assistentes sociais, a urgência da incorporação, em nossa formação profissional, do escopo teórico construído por intelectuais negros, referências não hegemônicas de um pensamento social crítico que pode contribuir para a elucidação dos processos organizadores da vida social no Brasil e que tem o racismo como elemento estrutural (Eurico *et al.*, 2021, p. 91).

O pensamento que construímos até então é da consolidação de um Serviço Social na luta antirracista, analisando e contribuindo para os meios de intervenção dessa categoria. Esses mecanismos são indissociáveis da atuação do/a assistente social. O movimento de reconceituação nos coloca nessa posição, enquanto o projeto ético-político da categoria, fazendo-nos refletir sobre as atuações antirracistas. Assim, essa completude contribui para um projeto emancipatório, em que se cria o Serviço Social antirracista.

## Referências

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O projeto ético-político do serviço social brasileiro: ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2019.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AZEVEDO, Cristina. Homicídios de mulheres no Brasil aumentam 31,46% em quase quatro décadas. **Agência Focruz de Notícias [online]**, 20 mar. 2023. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/homicidios-de-mulheres-no-brasil-aumentam-3146-em-quase-quatro-decadas>. Acesso em: 24 abr. 2024.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 152p.

BLACK, E. **A guerra contra os fracos - A eugenia e a campanha norte-americana para criar uma raça superior**. São Paulo: A Girafa Editora, 2003.

BRASIL. **Entenda as cotas para quem estudou todo o ensino médio em escolas públicas**. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>. Acesso em: 24 abr. 2024.

CHIMAMANDA, Ngozi Adichie. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Editora Biotempo, 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Editora Biotempo, 2016.

DIWAN, P. **A raça pura - uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2007.

CRIOULA. **Dossiê Mulheres Negras e Justiça reprodutiva**. Crioula, 2020-2021. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/rj-57-das-vitimas-de-estupro-sao-mulheres-negras/> Acesso em: 24 abr. 2024.

EURICO, Marcia Campos *et al.* **Questão racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos.** Campinas: Papel Social, 2021.

EURICO, Marcia Campos *et al.* **Antirracismo e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, p.31-122, 2022.

FREYRE, Gilberto. **Casa- Grande & Senzala.** São Paulo: Global Editora, 2006.

HOFBAUER, Andreas. Conceito de “raça” e o ideário do “branqueamento” no século XIX - Bases ideológicas do racismo brasileiro. *Teoria e pesquisa*, v. 1, n. 42, jan.- jul. de 2003. Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/57/47>. Acesso em 23 abr. 2024.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica, 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2022: informações de população e domicílios por setores censitários auxiliam gestão pública. **Agência IBGE Notícias**, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39525-censo-2022-informacoes-de-populacao-e-domicilios-por-setores-censitarios-auxiliam-gestao-publica>. Acesso em; 22 abr. 2024.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo.** São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2023.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. **Serviço social e luta antirracista:** contribuições da categoria no combate ao racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2020.

MOURA, Clóvis. **Brasil:** raízes do protesto negro. São Paulo: Global, 1983.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro.** São Paulo: Ática. 1989.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro:** processos de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância religiosa.** São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Mulheres Brasil. **23 mil jovens assassinados por ano é um escândalo**. 2018. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/23-mil-jovens-negros-assassinados-por-ano-e-um-escandalo-diz-nadine-gasman-representante-da-onu-mulheres>. Acesso em: 24 abr. 2024.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

## Elements for a social service debate on recreational racism: racism as entertainment

**Abstract:** Building means and methods to strengthen the class struggle arising from the capitalist system has been a prerequisite in the theoretical construct of many researchers for some time. Racism as a structural tool of Brazilian society, arises with slavery and is enhanced by the Social Question and its expressions, thus its intersectionalities are intrinsic to our sociability. Understanding the multiple faces of racism and producing means to remedy its reproduction is part of the ethical-political project of Social Work in its social praxis. This intersectional proliferation, arising from capitalist commerce, through slavery, left almost irreversible negative legacies, in which Social Services continuously acts. Racism as a mode of entertainment within the concept of recreational racism is one of the challenges we face, whether in training or in professional practice. In the light of understanding and nurturing anti-racist practice, we seek references to the genesis of this struggle, which can elucidate new means of contribution not only to Social Service, but to all spheres of society.

**Keyword:** Anti-racism; Praxis; Entertainment; Intersectionality; Racism

Recebido: 30 abril 2024

Aprovado: 03 julho 2024